



O BANCO MUNDIAL E O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): propostas e possíveis relações

CARVALHO, Vinicius Nogueira Alves¹
CARDOSO, Liliane Barros de Almeida²

RESUMO: Esse estudo integra pesquisas desenvolvidas no interior da Universidade Estadual de Goiás, através de uma Iniciação Científica e Tecnológica (ICT/UEG), com o projeto de pesquisa intitulado “O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) como Política Pública de Regulação da Educação Básica no Brasil”. O sistema nacional de avaliação no Brasil, surgiu em um momento favorável a expansão de políticas educacionais de viés neoliberal no cenário nacional na década de 1990. Portanto, foi estabelecido como um dos objetivos da pesquisa: identificar e analisar as influências de organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, na elaboração e estruturação do SAEB. Com isso, houve a necessidade de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e a análise de documentos do Banco Mundial para melhor compreensão de suas recomendações na definição das políticas de avaliação no contexto brasileiro. O estudo demonstrou que o surgimento e consolidação do SAEB é fruto de negociações realizadas entre o Banco Mundial e o governo brasileiro na década de 1990, durante os mandatos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso - FHC.

PALAVRAS-CHAVE: Governo brasileiro; organismos internacionais; políticas de avaliação.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão, busca identificar as possíveis relações entre o Banco Mundial e o Sistema de Avaliação da Educação Básica e a influência desse organismo internacional na estruturação das avaliações em larga escala no Brasil,

¹Graduado em Licenciatura em Pedagogia, Bolsista Programa de Voluntários de Iniciação Científica (PVIC/UEG), UEG, Campus Central/UnU Jaraguá, vn525828@gmail.com.

²Professora no curso de Licenciatura em Pedagogia da UEG/Câmpus Central/UnU Jaraguá, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEG/Unu Inhumas. liliane.cardoso@ueg.br



em particular o SAEB. Visto que, na década de 1990, período em que as avaliações externas passaram a tomarem a centralidade das preocupações de ministros e secretários de educação, estava tendo uma significativa expansão das políticas e projetos financiados por agências multilaterais.

O estudo realizado por meio da Iniciação Científica e Tecnológica, desenvolvida na Universidade Estadual de Goiás (ICT/UEG), possibilitou identificar acordos firmados entre o Banco Mundial e o Ministério da Educação - MEC, na qual resultou na elaboração do SAEB como uma condicionalidade para efetivação de empréstimos financeiros do Banco para o governo brasileiro. Além do mais, é possível verificar que a influência de agências multilaterais vai além do suporte técnico e financeiro, recaindo sobre as tomadas de decisões e a estruturação das políticas educacionais.

Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso - FHC, durante os seus mandatos a frente da Presidência da República, foram peças ímpares para que as propostas neoliberais adentrassem ao país. Sendo assim, através do amplo discurso da eficácia e eficiência os organismos internacionais, ao fixarem acordos com os governos, se tornaram protagonistas atuando dentro do Ministério da Educação e em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de educação, propondo os meios e técnicas que visavam a eficiência máxima dos sistemas públicos de ensino.

2 METODOLOGIA

Para compor o estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, posto isto, foram selecionados livros, artigos científicos, dissertações de mestrados e teses de doutorados que versassem sobre a influência de organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial, na elaboração e estruturação das políticas de avaliação no Brasil. Para tanto, também se realizou a análise de documentos do Banco, a qual propunham recomendações para as avaliações externas. Com isso, foram selecionados dois documentos, o primeiro publicado no ano de 2011, com o título “AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESEMPENHO EDUCACIONAL” e o outro publicado no ano de 2020 “Aprendizagem para Todos



Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento”, ambos os documentos pertencentes ao Banco Mundial.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, o Banco Mundial tem traçado recomendações, através de seus documentos técnicos, para países em desenvolvimento. Portanto, essa agência financeira de âmbito internacional vem propagando “soluções infalíveis” para o campo educacional.

Segundo Torres (1996; 2001) e Camargo e Rosa (2018), esse organismo internacional tem sido um dos principais responsáveis pela internacionalização das políticas educacionais. Dito isto, verifica-se que as mesmas recomendações direcionadas ao Brasil, são direcionadas para todos os países que firmaram acordo com o Banco Mundial. Propagando o discurso da melhoria da qualidade da educação, em âmbito internacional, o Banco tem proposto várias medidas para que a eficácia e eficiência dos sistemas de ensino sejam alcançadas nos diferentes países.

Entre as recomendações, as mais ressaltadas pelo Banco são: a implementação de sistemas de avaliação, com a finalidade de monitoramento e controle da qualidade do ensino; o estabelecimento de parceria entre setor público e privado; a ampliação da oferta da educação a distância (modalidade EAD); dar maior ênfase a formação continuada de professores em detrimento da formação inicial - graduação -, resultando dessa lógica um aspecto estreitamente técnico, propondo que essas formações sejam realizadas através de "treinamento".

Para tanto, é importante ressaltar em que momento histórico no Brasil, recomendações de organismos e agências internacionais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, passaram a serem utilizadas como pilares para a elaboração de políticas educacionais, e neste estudo, em especial, a influência que tais agências multilaterais tiveram na estruturação do sistema de avaliação nacional do Brasil (SAEB). Sendo assim, de acordo com Libâneo e Freitas (2018), essas recomendações adentraram ao governo brasileiro



durante os mandatos de Fernando Collor e posteriormente teve continuidade nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso no período de 1990. Ambos os governos, apresentaram um teor otimista ao firmarem acordos com o Banco.

Neste trabalho, como já ressaltado na introdução, tem por objetivo analisar as possíveis relações entre o Banco Mundial e a estruturação do Sistema de Avaliação da Educação Básica. O SAEB, implementado pelo Ministério da Educação - MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, teve sua elaboração e materialização em um cenário favorável às políticas educacionais neoliberais que estavam sendo implementadas no Brasil na década de 1990, especialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso - FHC.

Conforme estudo realizado por Freitas (2004), verifica-se que, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, houve uma significativa ampliação dos meios e instrumentos de regulação da qualidade do ensino, realizados por meio da concretização de avaliações em larga escala no contexto brasileiro. Tudo isso sendo possibilitado pelos acordos firmados entre Banco Mundial e governo FHC.

É possível identificar, em diversos documentos do Banco, de forma recorrente, as suas recomendações para que os países em desenvolvimento implementem sistemas de avaliação (Iijima, 2021). A centralidade dada as avaliações em larga escala, como instrumentos a serem utilizados para diagnosticar a qualidade da educação brasileira, origina-se das propostas definidas nas cúpulas internacionais. Vejamos como o Banco ressalta a importância da implementação de sistemas de avaliações

Nos níveis regional e global, o Banco Mundial ajudará a desenvolver uma base de conhecimento de elevada qualidade sobre a reforma do sistema educacional. O trabalho de análise, as provas concretas e o saber-fazer relativo a programas e políticas de educação são essenciais para melhorar o desempenho dos sistemas educacionais em todo o mundo. Ao investir em avaliações de sistemas, aferição de impactos e verificação da aprendizagem e de competências, o Banco estará a ajudar os países parceiros a responder às questões-chave que informam a reforma da educação: Quais são os pontos fortes do nosso sistema? E as suas fraquezas? Que intervenções se têm mostrado mais eficazes para a sua solução? Está a alcançar os grupos mais desfavorecidos? Quais são os papéis essenciais a serem desempenhados pelos sectores público e privado na prestação dos serviços? Estão as crianças e os jovens a adquirir os conhecimentos e competências de que necessitam? (Banco Mundial, 2020, p.10).



Além de estar disposto a orientar as reformas educacionais, sob seus princípios e técnicas, dos diferentes países, no documento acima, o Banco revela sua concepção de qualidade da educação, sendo vinculada ao desenvolvimento de “competências”, que serão, posteriormente, aferidas por meio de avaliações em larga escala. Sendo assim, percebe-se, que a temática das avaliações sempre está no centro dos debates durante os encontros entre organismos internacionais. Além do mais, certos grupos como o Todos Pela Educação e a Fundação Lemann, são entidades empresariais que defendem de forma precisa a existência e consolidação das políticas de avaliação no Brasil (Lima e Gandin, 2019).

De acordo com Lima e Gandin (2019), ao analisarem o contexto em que as avaliações em larga escala foram consolidadas no Brasil, destacam que o SAEB é fruto de negociações entre o Banco Mundial e o Ministério da Educação na década de 1990. Conforme afirmam as autoras, a criação do SAEB é resultado da efetivação de empréstimos do Banco Mundial para o governo brasileiro.

Diante do exposto, é importante assinalar, que a influência do Banco sobre o SAEB não se restringe a aspectos financeiros. Segundo estudos já realizados (Shiroma e Evangelista, 2007, 2011; Silva, 2014; Libâneo e Freitas, 2018; Camargo e Rosa, 2018), a influência de agências multilaterais tem ido além de apoio técnico e financeiro, recaindo sobre as tomadas de decisões e a estruturação das políticas educacionais brasileiras.

Em documento publicado no ano de 2011, intitulado “AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESEMPENHO EDUCACIONAL”, o Banco revela suas significativas influências no que diz respeito a estruturação do sistemas nacionais de avaliação dos diferentes países, em especial o Brasil. Com isso, ao dizer que “Os sistemas de avaliação nacional em várias partes do mundo tendem a apresentar traços comuns” (Banco Mundial, 2011, p. 22), o Banco atesta que as propostas hegemônicas de uniformizar os sistemas de ensino a nível Mundial, a serviço da globalização econômica, tem-se materializado efetivamente.

Outro ponto a se destacar, diz respeito ao que os sistemas de avaliação têm considerado no momento de avaliar os estudantes. Historicamente, desde sua implementação, o SAEB tem foco em avaliar o desempenho dos estudantes em apenas duas áreas do conhecimento: português e matemática. Ao se referir aos



sistemas de avaliação dos países que possuem vínculos, o Banco ressalta “Todos incluem avaliação da linguagem dos alunos, ou letramento em leitura, e de suas habilidades matemáticas (ou letramento em matemática)” (Banco Mundial, 2011, p. 22).

Evidencia-se, com isso, que as propostas de organismos internacionais têm recaído sobre questões internas as avaliações nacionais, alterando sua estrutura e metodologia de acordo com condicionalidades prescritas aos governos, através dos acordos e negociações realizadas.

Em conformidade com Evangelista e Leher (2012, p. 11) “A política de avaliação em larga escala atingiu, nos dois últimos governos, patamares assombrosos, com desdobramentos nefastos sobre professores, alunos e a função social da escola [...]”. Para tanto, é necessário compreender que a centralidade dada a essas avaliações, de caráter censitário, têm resultado em desdobramentos negativos para o cotidiano das instituições de ensino.

Desde o início do século, professores e pesquisadores vem alertando sobre os riscos da centralidade dada as avaliações em larga escala. O tamanho foco direcionado às avaliações resultou na submissão dos estudantes a realizarem, anualmente, testes padronizados a nível internacional – como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) - até a realização de testes a níveis municipais (Mello e Bertagna, 2020).

Segundo Freitas (2012), devido à pressão por resultados nas avaliações, o processo de ensino-aprendizagem tem se tornado um preparo/treinamento para os testes padronizados. Com isso, percebe-se que a relação, estabelecida pelo Banco Mundial, entre educação de qualidade e as avaliações censitárias, trouxe para o campo educacional o foco em resultados numéricos como expressão da qualidade ofertada pelos sistemas públicos de ensino.

Pesquisas desenvolvidas (Freitas, 2012; Silva, 2018; Libâneo, 2018) em âmbito nacional, demonstraram os “efeitos colaterais” advindos da ênfase direcionada as avaliações em larga escala, entre esses efeitos, são evidenciados alguns como: o estreitamento curricular; o treinamento/preparo para os testes padronizados; o estabelecimento de relações competitivas internas e externas aos estabelecimentos de ensino; a transformação do financiamento público da educação básica em premiações e bonificações de acordo com os resultados do IDEB, entre



outros. Posto isso, é necessário ressaltar que todas essas questões postas acima é a expressão do projeto educacional hegemônico financiado pelo Banco Mundial em âmbito internacional.

Desse modo, pode-se compreender que os projetos financiados pelo Banco Mundial estão mais preocupados com questões de caráter econômico do que questões voltadas para o campo educacional. Como apontam Moreira e Lara (2012), os técnicos do Banco abordam os problemas educacionais dos diferentes países como problemas relacionados a rendimento e produtividade, expressando com isso, o teor técnico que os funcionários desse organismo internacional compreendem a educação.

Não por acaso, o SAEB, através de sua metodologia censitária de avaliar, conduziu as preocupações do ministério e secretarias de educação para questões relacionadas aos resultados numéricos dos testes padronizados, transferindo para educação pública preocupações estreitamente vinculadas a problemas de rendimento de estudantes, professores e escolas. Portanto, em decorrência das avaliações, professores são frequentemente monitorados e metas de rendimento são traçadas. Para tanto, é importante salientar que “[...] o problema não está na avaliação, mas na forma censitária de avaliar, pois há por detrás do discurso da avaliação censitária, a intenção de responsabilização e controle [...]” (Silva e Carvalho, 2022, p. 6).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo realizado é preciso tecer algumas considerações no que diz respeito aos resultados evidenciados pela pesquisa. Foi possível compreender, neste trabalho, que as dependências dos governos a empréstimos financeiros de agências multilaterais, para elaboração e implementação de políticas e projetos, colocam os países em posições de extrema vulnerabilidade frente as imposições internacionais. Sendo assim, quanto mais empréstimos efetivados, maior é a atuação de organismos internacionais dentro dos órgãos oficiais, como ministério da educação e as secretarias estaduais e municipais de educação.

Foi neste contexto de condicionalidades, negociações e acordos firmados que o SAEB surgiu no cenário nacional. Com consentimento pleno por parte do governo federal na década de 1990, o Banco Mundial estruturou o principal instrumento de



avaliação da educação básica no Brasil, atuando desde seu planejamento e elaboração até a sua materialização no contexto educacional.

5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Pró Reitoria de Graduação e da Pró Reitoria de Pesquisa da UEG que proporcionou, por meio do Programa de Iniciação Científica Voluntária, a oportunidade para desenvolver esse estudo.

6 REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Avaliação dos níveis de desempenho educacional. Washington, DC: **Banco Mundial**, 2011. Disponível em:

[*Avaliacao dos niveis de desempenho educa.pdf.](#)

BANCO MUNDIAL. Aprendizagem para Todos Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento. Washington, DC: **Banco Mundial**, 2020. Disponível em: [World Bank Document.](#)

CAMARGO, Sandra Almeida Ferreira. ROSA, Sandra Valéria Limonta. Internacionalização das Políticas Educacionais, Trabalho Docente e Precarização do Ensino. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (orgs.). **Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 277-297.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho necessário**, v. 10, n. 15, p. 1-29, 2012. Disponível em: [*tn1519 artigo roberto leher e olinda evangelista.pdf.](#)

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 03, p. 531-541, 2007.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 663-689, 2004.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 379-404, 2012. Disponível em: [scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt.](#)

IJIMA, Mayara Haruka Watanabe et al. **A influência do Banco Mundial no Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP)**. Dissertação (Mestrado em Educação) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE), 2021. Disponível em: [*Mayara Iijima2021.pdf.](#)



LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. A Pesquisa: repercussões de políticas educacionais na escola e na sala de aula. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (orgs.). **Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. P. 22-43.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas Educacionais Neoliberais e Escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (orgs.). **Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 44-87.

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando. O contexto da consolidação das avaliações em larga escala no cenário brasileiro. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. e0204183, 2019.

MELLO, Liliane Ribeiro de; BERTAGNA, Regiane Helena. Tensões do SAEB e do IDEB para a educação de qualidade como direito. **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 58, 2020. Disponível em: [1981-1802-eq-58-58-e20950.pdf](https://doi.org/10.19113/2175-9019.v58n58e20950).

MOREIRA, Jani Alves da Silva; LARA, Angela Mara de Barros. **Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990-2001)**. Eduem, 2012. Disponível em: [Liv-Jani.indd](#).

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva**, v. 29, n. 1, p. 127-160, 2011.

SILVA, Mirian Souza da; CARVALHO, Mark Clark Assen de. Percurso do SAEB no Brasil: história e debate. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 3, p. 27-39, 2022. Disponível em: [persp29_1.indd](#).

SILVA, Simônia Peres da. **O Processo de Implementação das Políticas Educacionais e Repercussões nas Formas de Gestão da Escola e no Processo de Ensino-Aprendizagem**: o Pacto Pela Educação em Goiás. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), 2014. Disponível em: [Tese Simonia final 2014.pdf](#).

SILVA, Simônia Peres da. Reforma Educacional Goiana: desdobramentos no currículo e nas práticas educativas. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (orgs.). **Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 131-150.

TORRES, Rosa María. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia De. WARDE, Mirian Jorge. HADDAD, Sérgio (orgs.). **O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 125-186.



III CONENORT

II CONGRESSO NORTE-NORDESTE PIBID
II FOPER - FÓRUM DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA
PORTO VELHO - RONDÔNIA - 2026

TORRES, Rosa María. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre, Artmed, 2001.

